

ÍNDICE-SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	25
Lei nº 41/2013, de 26 de junho	25
LIVRO I DA AÇÃO, DAS PARTES E DO TRIBUNAL	29
TÍTULO I Das disposições e dos princípios fundamentais	29
TÍTULO II Das espécies de ações	31
TÍTULO III Das partes	32
CAPÍTULO I Personalidade e capacidade judiciária	32
CAPÍTULO II Legitimidade das partes	36
CAPÍTULO III Patrocínio judiciário	39
CAPÍTULO IV Disposições especiais sobre execuções	42
TÍTULO IV Do tribunal	44
CAPÍTULO I Das disposições gerais sobre competência	44
CAPÍTULO II Da competência internacional	44
CAPÍTULO III Da competência interna	45
SECÇÃO I Competência em razão da matéria	45
SECÇÃO II Competência em razão do valor	46
SECÇÃO III Competência em razão da hierarquia	46
SECÇÃO IV Competência em razão do território	46
SECÇÃO V Disposições especiais sobre execuções	49
CAPÍTULO IV Da extensão e modificações da competência	51
CAPÍTULO V Das garantias da competência	53
SECÇÃO I Incompetência absoluta	53
SECÇÃO II Incompetência relativa	54
SECÇÃO III Conflitos de jurisdição e competência	55
CAPÍTULO VI Das garantias da imparcialidade	57
SECÇÃO I Impedimentos	57
SECÇÃO II Suspeições	59

LIVRO II DO PROCESSO EM GERAL	63
TÍTULO I Dos atos processuais	63
CAPÍTULO I Atos em geral	63
SECÇÃO I Disposições comuns	63
SECÇÃO II Atos das partes	67
SECÇÃO III Atos dos magistrados	70
SECÇÃO IV Atos da secretaria	73
SECÇÃO V Publicidade e acesso ao processo	75
SECÇÃO VI Comunicação dos atos	78
SECÇÃO VII Nulidades dos atos	81
CAPÍTULO II Atos especiais	85
SECÇÃO I Distribuição	85
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	85
SUBSECÇÃO II Disposições relativas à 1ª instância	86
SUBSECÇÃO III Disposições relativas aos tribunais superiores	87
SECÇÃO II Citação e notificações	89
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	89
SUBSECÇÃO II Citação de pessoas singulares	90
SUBSECÇÃO III Citação de pessoas coletivas	98
SUBSECÇÃO IV Notificações em processos pendentes	98
DIVISÃO I Notificações da secretaria	98
DIVISÃO II Notificações entre os mandatários das partes	100
SUBSECÇÃO V Notificações avulsas	100
TÍTULO II Da instância	101
CAPÍTULO I Começo e desenvolvimento da instância	101
CAPÍTULO II Suspensão da instância	104
CAPÍTULO III Extinção da instância	107
TÍTULO III Dos incidentes da instância	111
CAPÍTULO I Disposições gerais	111
CAPÍTULO II Verificação do valor da causa	111
CAPÍTULO III Intervenção de terceiros	115
SECÇÃO I Intervenção principal	115
SUBSECÇÃO I Intervenção espontânea	115
SUBSECÇÃO II Intervenção provocada	116
SECÇÃO II Intervenção acessória	117
SUBSECÇÃO I Intervenção provocada	117
SUBSECÇÃO II Intervenção acessória do Ministério Público	118
SUBSECÇÃO III Assistência	119
SECÇÃO III Oposição	120
SUBSECÇÃO I Oposição espontânea	120
SUBSECÇÃO II Oposição provocada	121
SUBSECÇÃO III Oposição mediante embargos de terceiro	122

CAPÍTULO IV	Habilitação	124
CAPÍTULO V	Liquidação	126
TÍTULO IV	Dos procedimentos cautelares	127
CAPÍTULO I	Procedimento cautelar comum	127
CAPÍTULO II	Procedimentos cautelares especificados	132
SECÇÃO I	Restituição provisória de posse	132
SECÇÃO II	Suspensão de deliberações sociais	132
SECÇÃO III	Alimentos provisórios	133
SECÇÃO IV	Arbitramento de reparação provisória	134
SECÇÃO V	Arresto	135
SECÇÃO VI	Embargo de obra nova	136
SECÇÃO VII	Arrolamento	138
TÍTULO V	Da instrução do processo	139
CAPÍTULO I	Disposições gerais	139
CAPÍTULO II	Prova por documentos	142
CAPÍTULO III	Prova por confissão e por declarações das partes	148
SECÇÃO I	Prova por confissão das partes	148
SECÇÃO II	Prova por declarações de parte	151
CAPÍTULO IV	Prova pericial	151
SECÇÃO I	Designação dos peritos	151
SECÇÃO II	Proposição e objeto da prova pericial	153
SECÇÃO III	Realização da perícia	154
SECÇÃO IV	Segunda perícia	156
CAPÍTULO V	Inspeção judicial	156
CAPÍTULO VI	Prova testemunhal	157
SECÇÃO I	Inabilidades para depor	157
SECÇÃO II	Produção da prova testemunhal	158
TÍTULO VI	Das custas, multas e indemnização	166
CAPÍTULO I	Custas – Princípios gerais	166
CAPÍTULO II	Regras especiais	167
CAPÍTULO III	Multas e indemnização	171
TÍTULO VII	Das formas de processo	172
CAPÍTULO I	Disposições gerais	172
CAPÍTULO II	Processo de declaração	173
CAPÍTULO III	Processo de execução	173
LIVRO III	DO PROCESSO DE DECLARAÇÃO	175
TÍTULO I	Dos articulados	175
CAPÍTULO I	Petição inicial	175
CAPÍTULO II	Revelia do réu	178
CAPÍTULO III	Contestação	179
SECÇÃO I	Disposições gerais	179

SECÇÃO II Exceções	182
SECÇÃO III Reconvenção	183
CAPÍTULO IV Réplica	184
CAPÍTULO V Articulados supervenientes	184
TÍTULO II Da gestão inicial do processo e da audiência prévia	185
TÍTULO III Da audiência final	189
TÍTULO IV Da sentença	192
CAPÍTULO I Elaboração da sentença	192
CAPÍTULO II Vícios e reforma da sentença	194
CAPÍTULO III Efeitos da sentença	196
TÍTULO V Dos recursos	198
CAPÍTULO I Disposições gerais	198
CAPÍTULO II Apelação	205
SECÇÃO I Interposição e efeitos do recurso	205
SECÇÃO II Julgamento do recurso	208
CAPÍTULO III Recurso de revista	213
SECÇÃO I Interposição e expedição do recurso	213
SECÇÃO II Julgamento do recurso	216
SECÇÃO III Julgamento ampliado da revista	217
CAPÍTULO IV Recurso para uniformização de jurisprudência	218
CAPÍTULO V Revisão	220
LIVRO IV DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	223
TÍTULO I Do título executivo	223
TÍTULO II Das disposições gerais	225
TÍTULO III Da execução para pagamento de quantia certa	231
CAPÍTULO I Do processo ordinário	231
SECÇÃO I Fase introdutória	231
SECÇÃO II Oposição à execução	234
SECÇÃO III Penhora	236
SUBSECÇÃO I Bens que podem ser penhorados	236
SUBSECÇÃO II Disposições gerais	242
SUBSECÇÃO III Penhora de bens imóveis	246
SUBSECÇÃO IV Penhora de bens móveis	249
SUBSECÇÃO V Penhora de direitos	252
SUBSECÇÃO VI Oposição à penhora	258
SECÇÃO IV Citações e concurso de credores	259
SUBSECÇÃO I Citações	259
SUBSECÇÃO II Concurso de credores	260
SECÇÃO V Pagamento	263
SUBSECÇÃO I Modos de pagamento	263
SUBSECÇÃO II Entrega de dinheiro	264

SUBSECÇÃO III	Adjudicação	264
SUBSECÇÃO IV	Consignação de rendimentos	265
SUBSECÇÃO V	Do pagamento em prestações e do acordo global	266
SUBSECÇÃO VI	Venda	268
DIVISÃO I	Disposições gerais	268
DIVISÃO II	Venda mediante propostas em carta fechada	270
DIVISÃO III	Outras modalidades de venda	274
DIVISÃO IV	Da invalidade da venda	276
SECÇÃO VI	Remição	278
SECÇÃO VII	Extinção e anulação da execução	278
SECÇÃO VIII	Recursos	281
CAPÍTULO II	Do processo sumário	282
TÍTULO IV	Da execução para entrega de coisa certa	283
TÍTULO V	Da execução para prestação de facto	286
LIVRO V	DOS PROCESSOS ESPECIAIS	289
TÍTULO I	Tutela da personalidade	289
TÍTULO II	Da justificação da ausência	290
TÍTULO III	Do acompanhamento de maiores	292
TÍTULO IV	Da prestação de caução	295
TÍTULO V	Da consignação em depósito	297
TÍTULO VI	Da divisão de coisa comum	300
TÍTULO VII	Do divórcio e separação sem consentimento do outro cônjuge	302
TÍTULO VIII	Da execução especial por alimentos	303
TÍTULO IX	Da liquidação da herança vaga em benefício do Estado	304
TÍTULO X	Da prestação de contas	306
CAPÍTULO I	Contas em geral	306
CAPÍTULO II	Contas dos representantes legais de incapazes e do depositário judicial	308
TÍTULO XI	Regulação e repartição de avarias marítimas	309
TÍTULO XII	Reforma de autos	311
TÍTULO XIII	Da ação de indemnização contra magistrados	313
TÍTULO XIV	Da revisão de sentenças estrangeiras	314
TÍTULO XV	Dos processos de jurisdição voluntária	316
CAPÍTULO I	Disposições gerais	316
CAPÍTULO II	Providências relativas aos filhos e aos cônjuges	317
CAPÍTULO III	Separação ou divórcio por mútuo consentimento	318
CAPÍTULO IV	Processos de suprimento	320
CAPÍTULO V	Alienação ou oneração de bens dotais e de bens sujeitos a fideicomiso	321

CAPÍTULO VI	Autorização ou confirmação de certos atos	322
CAPÍTULO VII	Conselho de família	324
CAPÍTULO VIII	Curadoria provisória dos bens do ausente	324
CAPÍTULO IX	Fixação judicial do prazo	325
CAPÍTULO X	Notificação para preferência	325
CAPÍTULO XI	Herança jacente	329
CAPÍTULO XII	Exercício da testamentaria	329
CAPÍTULO XIII	Apresentação de coisas ou documentos	330
CAPÍTULO XIV	Exercício de direitos sociais	330
SECÇÃO I	Do inquérito judicial à sociedade	330
SECÇÃO II	Nomeação e destituição de titulares de órgãos sociais	332
SECÇÃO III	Convocação de assembleia de sócios	333
SECÇÃO IV	Redução do capital social	334
SECÇÃO V	Oposição à fusão e cisão de sociedades e ao contrato de subordinação	334
SECÇÃO VI	Averbamento, conversão e depósito de ações e obrigações	334
SECÇÃO VII	Liquidação de participações sociais	336
SECÇÃO VIII	Investidura em cargos sociais	336
CAPÍTULO XV	Providências relativas aos navios e à sua carga	337
CAPÍTULO XVI	Atribuição de bens de pessoa coletiva extinta	338
LIVRO VI	DO TRIBUNAL ARBITRAL NECESSÁRIO	341
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR		
ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS		
Lei nº 34/2004,	de 29 de julho	345
CAPÍTULO I	Concepção e objectivos	345
CAPÍTULO II	Informação jurídica	346
CAPÍTULO III	Protecção jurídica	346
SECÇÃO I	Disposições gerais	346
SECÇÃO II	Consulta jurídica	351
SECÇÃO III	Apoio judiciário	351
SECÇÃO IV	Procedimento	353
CAPÍTULO IV	Disposições especiais sobre processo penal	360
CAPÍTULO V	Disposições finais e transitórias	362
ANEXO	Cálculo do rendimento relevante para efeitos de protecção jurídica	364

CRITÉRIOS DE PROVA E DE APRECIACÃO
DA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA PARA A CONCESSÃO
DA PROTECÇÃO JURÍDICA

Portaria nº 1085-A/2004, de 31 de agosto	369
CAPÍTULO I Disposições gerais	370
CAPÍTULO II Pessoas singulares	371
SECÇÃO I Documentos	371
SECÇÃO II Apreciação do requerimento	372
SECÇÃO III Modalidade de pagamento faseado	372
CAPÍTULO III Pessoas colectivas ou equiparadas	373
CAPÍTULO IV Comissão de apreciação	374
CAPÍTULO V Disposição final	374

REGIME DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS
– REGULAMENTAÇÃO

Portaria nº 10/2008, de 3 de janeiro	375
CAPÍTULO I Protecção jurídica	377
SECÇÃO I Consulta jurídica	377
SECÇÃO II Apoio judiciário	377
CAPÍTULO II Participação dos profissionais forenses no sistema de acesso ao direito	381
SECÇÃO I Profissionais forenses e admissão ao sistema de acesso ao direito	381
SECÇÃO II Regras de participação no sistema de acesso ao direito	382
CAPÍTULO III Lotes de processos e escalas de prevenção	383
CAPÍTULO IV Compensação dos profissionais forenses	385
CAPÍTULO V Sistema de gestão, monitorização e informação do acesso ao direito	388
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	389

ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS
NO ÂMBITO DOS LITÍGIOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Decreto-Lei nº 71/2005, de 17 de março	393
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	396
CAPÍTULO II Protecção jurídica	397
SECÇÃO I Acção a instaurar em Portugal	397
SECÇÃO II Acção a instaurar noutro Estado membro da União Europeia	397
CAPÍTULO III Procedimento	398
SECÇÃO I Transmissão e recepção do pedido	398
SECÇÃO II Apreciação do pedido	400
CAPÍTULO IV Disposição final	401

TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS	
Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto	403
CAPÍTULO I Disposições gerais	404
CAPÍTULO II Apresentação de peças processuais e documentos	406
CAPÍTULO III Distribuição	413
CAPÍTULO IV Atos processuais de magistrados e funcionários judiciais	414
CAPÍTULO V Citação edital e notificações	415
CAPÍTULO VI Consulta eletrónica de processos	416
CAPÍTULO VII Organização do processo	417
CAPÍTULO VIII Comunicações entre tribunais e entre tribunais e agentes de execução	418
CAPÍTULO IX Disposições específicas aplicáveis aos processos da competência dos tribunais e juízos de execução de penas	419
CAPÍTULO X Disposições finais e transitórias	420
ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO	
Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro	421
CAPÍTULO I Acção declarativa	425
CAPÍTULO II Injunção	427
BALCÃO NACIONAL DE INJUNÇÕES	
Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	435
CAPÍTULO I Balcão Nacional de Injunções	437
CAPÍTULO II Apresentação do requerimento de injunção e oposição	438
CAPÍTULO III Formas de pagamento da taxa de justiça	439
CAPÍTULO IV Notificações pela secretaria	439
CAPÍTULO V Disponibilização do título executivo	440
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	441
MEIOS ELECTRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTADO E DOS SEUS BENS E DA CITAÇÃO ELECTRÓNICA	
Portaria nº 331-A/2009, de 30 de março	443
CAPÍTULO I Disposição geral	445
CAPÍTULO II Identificação e localização do executado e de bens penhoráveis	445
CAPÍTULO III Citação por transmissão electrónica de dados	449
CAPÍTULO IV Diligências de execução promovidas por oficial de justiça	450
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	451

REGULAMENTAÇÃO DE VÁRIOS ASPETOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS CÍVEIS

Portaria nº 282/2013, de 29 de agosto	453
CAPÍTULO I Disposições gerais	457
CAPÍTULO II Requerimento executivo	458
SECÇÃO I Apresentação por via eletrónica	458
SECÇÃO II Apresentação em suporte físico	459
SECÇÃO III Apresentação do requerimento de execução da decisão judicial condenatória	461
CAPÍTULO III Diligências de execução	461
SECÇÃO I Tramitação e registo eletrónicos	461
SECÇÃO II Movimentação das contas-clientes	462
SECÇÃO III Citação, notificações, informações, comunicações e publicações	463
SECÇÃO IV Disponibilização de informação e penhora de depósitos bancários	465
SECÇÃO V Venda	468
SUBSECÇÃO I Publicidade da venda	468
SUBSECÇÃO II Termos da venda em leilão eletrónico de bens penhorados	469
SUBSECÇÃO III Venda em depósito público ou equiparado	470
CAPÍTULO IV Agente de execução	474
SECÇÃO I Não aceitação, identificação, substituição e destituição do agente de execução	474
SECÇÃO II Dever de informação e comunicação	477
SECÇÃO III Remuneração do agente de execução	478
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	478
SUBSECÇÃO II Honorários	481
SUBSECÇÃO III Despesas	483
SUBSECÇÃO IV Caixa de compensações	484
CAPÍTULO V Acesso ao registo informático de execuções	485
CAPÍTULO VI Execuções promovidas por oficial de justiça	486
CAPÍTULO VII Disposições finais	486

PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO

Lei nº 32/2014, de 30 de maio	491
-------------------------------	-----

REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO

Lei nº 23/2013, de 5 de março	507
CAPÍTULO I Disposições gerais	511
CAPÍTULO II Do processo de inventário	518
SECÇÃO I Do requerimento inicial e das declarações do cabeça de casal	518

SECÇÃO II Das citações e notificações	520
SECÇÃO III Das oposições	521
SECÇÃO IV Das respostas do cabeça de casal	523
SECÇÃO V Das dívidas	523
SECÇÃO VI Da conferência preparatória	525
SECÇÃO VII Da conferência de interessados	526
SECÇÃO VIII Do apuramento da inoficiosidade	527
SECÇÃO IX Da partilha	528
SUBSECÇÃO I Efetivação da partilha	528
SUBSECÇÃO II Emenda e anulação da partilha	533
SUBSECÇÃO III Partilha adicional e recursos	535
SUBSECÇÃO IV Partilha de bens em casos especiais	535
CAPÍTULO III Disposições complementares e finais	537
PROCESSOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	
Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro	539
CAPÍTULO I Objecto	540
CAPÍTULO II Da competência do Ministério Público	541
CAPÍTULO III Do procedimento perante o conservador do registo civil	543
SECÇÃO I Do procedimento tendente à formação de acordo das partes	543
SECÇÃO II Dos procedimentos da competência exclusiva do conservador	544
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	546
LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO	
Lei nº 62/2013, de 26 de agosto	549
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	549
TÍTULO II Profissões judiciárias	550
CAPÍTULO I Juízes	550
CAPÍTULO II Magistrados do Ministério Público	551
CAPÍTULO III Advogados e solicitadores	552
CAPÍTULO IV Oficiais de justiça	554
TÍTULO III Tribunais	554
TÍTULO IV Tribunal Constitucional	556
TÍTULO V Tribunais judiciais	556
CAPÍTULO I Estrutura e organização	556
CAPÍTULO II Competência	557
CAPÍTULO III Supremo Tribunal de Justiça	559
SECÇÃO I Disposições gerais	559
SECÇÃO II Organização e funcionamento	559

SECÇÃO III	Competência	560
SECÇÃO IV	Juizes do Supremo Tribunal de Justiça	562
SECÇÃO V	Presidência do tribunal	563
SECÇÃO VI	Representação do Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça	565
CAPÍTULO IV	Tribunais da Relação	565
SECÇÃO I	Disposições gerais	565
SECÇÃO II	Competência	566
SECÇÃO III	Presidência	567
CAPÍTULO V	Tribunais judiciais de primeira instância	568
SECÇÃO I	Disposições gerais	568
SECÇÃO II	Organização e funcionamento	571
SECÇÃO III	Gestão dos tribunais de primeira instância	573
SUBSECÇÃO I	Objetivos	573
SUBSECÇÃO II	Presidente do tribunal de comarca	574
SUBSECÇÃO III	Magistrado do Ministério Público coordenador de comarca	578
SUBSECÇÃO IV	Administrador judiciário	580
SUBSECÇÃO V	Conselho de gestão	582
SECÇÃO IV	Conselho consultivo	583
SECÇÃO V	Tribunais de competência territorial alargada	584
SUBSECÇÃO I	Tribunal da propriedade intelectual	584
SUBSECÇÃO II	Tribunal da concorrência, regulação e supervisão	585
SUBSECÇÃO III	Tribunal marítimo	586
SUBSECÇÃO IV	Tribunal de execução das penas	587
SUBSECÇÃO V	Tribunal central de instrução criminal	589
SECÇÃO VI	Juízos centrais, juízos de instrução criminal, juízos de família e menores, juízos do trabalho, juízos de comércio e juízos de execução	589
SUBSECÇÃO I	Juízos centrais cíveis	589
SUBSECÇÃO II	Juízos centrais criminais	590
SUBSECÇÃO III	Juízos de instrução criminal	590
SUBSECÇÃO IV	Juízos de família e menores	592
SUBSECÇÃO V	Juízos do trabalho	594
SUBSECÇÃO VI	Juízos de comércio	596
SUBSECÇÃO VII	Juízos de execução	596
SECÇÃO VII	Juízos locais cíveis, locais criminais, locais de pequena criminalidade, de competência genérica e de proximidade	597
SECÇÃO VIII	Execução de decisões relativas a multas, custas e indemnizações	598
SECÇÃO IX	Tribunal singular, coletivo e do júri	598

SUBSECÇÃO I Tribunal singular	598
SUBSECÇÃO II Tribunal coletivo	598
SUBSECÇÃO III Tribunal do júri	599
SEÇÃO X Secretarias dos tribunais de primeira instância	599
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	599
SUBSECÇÃO II Registro e arquivamento	600
TÍTULO VI Tribunais administrativos e fiscais	601
TÍTULO VII Tribunal de Contas	602
TÍTULO VIII Tribunais arbitrais	603
TÍTULO IX Julgados de paz	603
TÍTULO X Departamentos de investigação e ação penal	603
TÍTULO XI Órgãos de gestão e disciplina judiciários	603
CAPÍTULO I Conselho Superior da Magistratura	603
SEÇÃO I Estrutura e organização	603
SEÇÃO II Competência e funcionamento	604
SEÇÃO III Secretaria do Conselho Superior da Magistratura	606
CAPÍTULO II Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais	606
SEÇÃO I Estrutura e organização	606
SEÇÃO II Competência e funcionamento	606
CAPÍTULO III Conselho Superior do Ministério Público	608
SEÇÃO I Estrutura e organização	608
SEÇÃO II Competência e funcionamento	608
CAPÍTULO IV Direito aplicável	609
TÍTULO XII Disposições transitórias e finais	610
CAPÍTULO I Disposições transitórias	610
CAPÍTULO II Disposições finais	612
REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS	
Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro	621
Lei nº 7/2012, de 13 de fevereiro	631
TÍTULO I Disposições gerais	635
TÍTULO II Custas processuais	635
CAPÍTULO I Conceito e isenções	635
CAPÍTULO II Taxa de justiça	639
SEÇÃO I Fixação da taxa de justiça	639
SEÇÃO II Fixação da base tributável	642
SEÇÃO III Responsabilidade e pagamento	642
CAPÍTULO III Encargos	645
CAPÍTULO IV Custas de parte	649
CAPÍTULO V Multas	650

TÍTULO III	Liquidação, pagamento e execução das custas	651
CAPÍTULO I	Conta de custas	651
CAPÍTULO II	Pagamento	653
CAPÍTULO III	Execução	655
TÍTULO IV	Disposições finais	656
TABELAS		658
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA		
Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro		663
CAPÍTULO I	Da convenção de arbitragem	665
CAPÍTULO II	Dos árbitros e do tribunal arbitral	667
CAPÍTULO III	Da competência do tribunal arbitral	671
CAPÍTULO IV	Das providências cautelares e ordens preliminares	672
SECÇÃO I	Providências cautelares	672
SECÇÃO II	Ordens preliminares	673
SECÇÃO III	Regras comuns às providências cautelares e às ordens preliminares	674
SECÇÃO IV	Reconhecimento ou execução coerciva de providências cautelares	675
CAPÍTULO V	Da condução do processo arbitral	676
CAPÍTULO VI	Da sentença arbitral e encerramento do processo	680
CAPÍTULO VII	Da impugnação da sentença arbitral	683
CAPÍTULO VIII	Da execução da sentença arbitral	685
CAPÍTULO IX	Da arbitragem internacional	686
CAPÍTULO X	Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	688
CAPÍTULO XI	Dos tribunais estaduais competentes	689
CAPÍTULO XII	Disposições finais	692

SUMÁRIO

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL Lei nº 41/2013, de 26 de junho	25
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS Lei nº 34/2004, de 29 de julho	345
CRITÉRIOS DE PROVA E DE APRECIÇÃO DA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA PARA A CONCESSÃO DA PROTECÇÃO JURÍDICA Portaria nº 1085-A/2004, de 31 de agosto	369
REGIME DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS – REGULAMENTAÇÃO Portaria nº 10/2008, de 3 de janeiro	375
ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS NO ÂMBITO DOS LITÍGIOS TRANSFRONTEIRIÇOS Decreto-Lei nº 71/2005, de 17 de março	393
TRAMITAÇÃO ELETRÓNICA DOS PROCESSOS JUDICIAIS Portaria nº 280/2013, de 26 de agosto	403
ACÇÃO DECLARATIVA ESPECIAL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PECUNIÁRIAS EMERGENTES DE CONTRATOS E INJUNÇÃO Decreto-Lei nº 269/98, de 1 de setembro	421

BALCÃO NACIONAL DE INJUNÇÕES Portaria nº 220-A/2008, de 4 de março	435
MEIOS ELECTRÓNICOS DE IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTADO E DOS SEUS BENS E DA CITAÇÃO ELECTRÓNICA Portaria nº 331-A/2009, de 30 de março	443
REGULAMENTAÇÃO DE VÁRIOS ASPETOS DAS AÇÕES EXECUTIVAS CÍVEIS Portaria nº 282/2013, de 29 de agosto	453
PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL PRÉ-EXECUTIVO Lei nº 32/2014, de 30 de maio	491
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO Lei nº 23/2013, de 5 de março	507
PROCESSOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de outubro	539
LEI DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO Lei nº 62/2013, de 26 de agosto	549
REGULAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS Decreto-Lei nº 34/2008, de 26 de fevereiro Lei nº 7/2012, de 13 de fevereiro	621 631
LEI DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro	663
ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	693
ÍNDICE-SUMÁRIO	713
SUMÁRIO	727

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO CÓDIGOS JURISPRUDÊNCIA FORMULÁRIOS EUR-LEX DICIONÁRIO FÓRUM JURÍDICO

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

